

Ação política na internet na era das redes sociais

Political action on the internet in the era of social networks

Claudio Luis de Camargo Penteadó¹
Brauner Geraldo Cruz Junior²

Resumo: A popularização e o uso das redes sociais em mobilizações políticas, como as Jornadas de Junho de 2013, os protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff e, mais recentemente, as campanhas eleitorais que elegeram Jair Bolsonaro, têm despertado a atenção da sociedade e dos pesquisadores para o uso das redes sociais em práticas políticas contemporâneas. Com o objetivo de estudar esse uso político das redes sociais de internet, o artigo identificou seis tipos de ação política: (a) produção, circulação e transmissão de informações políticas, (b) como dispositivo interativo de governo eletrônico, (c) formação de uma esfera pública interconectada, (d) (ciber)ativismo de grupos políticos, (e) comunicação política, e (f) tecnopolítica. Essa identificação dos diferentes tipos de ação política nas redes sociais de internet, ao mapear trabalhos relevantes em cada um deles e descrever suas características, busca auxiliar no desenvolvimento de uma agenda de pesquisa na área de estudos em Internet e política, além de contribuir para a compreensão das disputas políticas da prática democrática contemporânea.

Palavras-chave: Ação política; Redes sociais; Esfera pública; Ciberativismo; Comunicação política.

Abstract: The popularization and use of social networks in political mobilizations, such as the June 2013 Days, the protests for the impeachment of Dilma Rousseff and, more recently, the election campaigns that elected Jair Bolsonaro, have attracted the attention of society and researchers to the use of social networks in contemporary political practices. In order to study this political use of social internet networks, the article identified six types of political action: (a) production, circulation and transmission of political information, (b) as an interactive

¹ Doutor em Ciência Política e professor associado da Universidade Federal do ABC. Pesquisador LabLivre/UFABC e Neamp (PUC/SP). São Paulo - SP/ Brasil. E-mail: claudio.penteadodo@ufabc.edu.br.

² Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Bacharel em Administração Pública pela FGV/SP. São Paulo – SP / Brasil. E-mail: brauner.cruz_jr@hotmail.com.

electronic government device, (c) formation of an interconnected public sphere, (d) (cyber) political group activism, (e) political communication, and (f) technopolitics. This identification of the different types of political action on social internet networks, by mapping relevant works in each of them and describing their characteristics, seeks to assist in the development of a research agenda in the area of studies in Internet and politics, in addition to contribute to the understanding of the political disputes of contemporary democratic practice.

Keywords: Political action; Social Networks; Public Sphere; Cyberactivism; Political communication.

INTRODUÇÃO

Em junho de 2013 o Brasil viveu um ciclo de protestos intenso que mobilizou milhões de pessoas em diferentes regiões do país, caracterizado principalmente pelo uso das redes sociais de internet na convocação para as manifestações. Os protestos conhecidos como “Jornadas de Junho” até hoje representam um enigma que estudiosos de diferentes áreas procuram explicar, além de terem produzido profundas transformações na ação política no Brasil. Não à toa, podemos considerá-los um marco para a compreensão das transformações na cena política introduzidas pelo uso massivo de mídias sociais.

As Jornadas nasceram das manifestações contra o aumento da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo em janeiro de 2013. Elas conseguiram despertar uma onda de protestos sobre as mais variadas pautas sociais por todo o país, impulsionada pela mobilização de jovens por meio de plataformas de redes sociais de internet.

Este acontecimento integrou um ciclo de protestos globais que teve início em 2011 com a chamada Primavera Árabe, e que abarcou os Indignados, na Espanha, os movimentos *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, além de outras importantes localidades, como Chile, México e Turquia. Em comum, havia a importância estratégica das redes sociais de internet na mobilização, organização e divulgação de informações alternativas, sem a participação de organizações políticas tradicionais (sindicatos, partidos, movimentos etc.), e que conseguiram impulsionar uma rede de indignação e esperança, como cunhou Castells (2017).

As redes sociais já haviam mostrado sua relevância no campo político desde a campanha eleitoral de Obama em 2008 (Bimber, 2014). Com o passar dos anos, adquiriram maior centralidade e abrangência, atuando na mobilização política e na produção de narrativas e discursos políticos, expressando as disputas ideológicas da política contemporânea e mobilizando cidadãos menos ativos (Anduiza et al., 2014).

A ação pelas redes sociais também esteve presente nas mobilizações políticas a favor e contra o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2015 e 2016 (Penteado & Guerballi, 2016). Outro exemplo foram as campanhas presidenciais de Donald Trump em 2016 e de Jair Bolsonaro em 2018, nas quais a comunicação nas redes sociais tiveram centralidade no resultado, além da proliferação de desinformação e *fake news* como estratégia eleitoral para comunidades ideológicas nas mídias sociais na campanha de Trump (Allcott & Gentzkow, 2017; Iasulaitis & Vieira, 2019) e do uso eficiente do impulsionamento de desinformações, sobretudo através do WhatsApp, na campanha brasileira de 2018 (Dos Santos et al., 2019).

Em paralelo, a rápida popularização das redes sociais de internet no Brasil e no mundo transformou estas plataformas em espaços privilegiados de sociabilidade, difusão e produção de informações que passam a ser utilizados não somente por usuários comuns, mas também por órgãos governamentais (nas esferas nacionais, regionais e municipais), empresas privadas, ONGs, empresas de comunicação, partidos políticos, ativistas, entre outros.

Dado esse panorama, este artigo tem por objetivo identificar as diferentes formas (tipos) de atuação política por meio do uso das redes sociais para a construção de uma agenda de pesquisa no campo de estudos em Internet e Política. Assim, buscamos responder às seguintes perguntas: quais as alterações que as plataformas de redes sociais inserem na ação política na internet brasileira? Quais seus efeitos para a prática democrática no Brasil com a popularização do uso das redes sociais pelo uso de aplicativos em *smartphones*³?

A discussão que se segue começa por meio de revisão bibliográfica de estudos do campo, para identificar as diferentes formas de ação política que emergiram do uso dessas plataformas, sugerindo uma tipologia que permita um estudo sistematizado dessas ações. E, por último, apresenta-se uma síntese com as considerações finais.

POR UMA TIPOLOGIA DA AÇÃO POLÍTICA NAS REDES SOCIAIS DE INTERNET

O uso das redes sociais de internet não está restrito à mobilização, organização e difusão de protestos e movimentos políticos no campo da ação política. As mídias sociais se tornaram importantes ferramentas das práticas políticas no atual estágio de digitalização da sociedade. Com o objetivo de incorporar as novas possibilidades de ação política na internet, ofertadas pelo uso de plataformas de mídias sociais, abaixo apresentamos as transformações apresentadas pelo emprego das mídias sociais, em especial as redes sociais de internet, para o estudo das práticas políticas que acontecem **na e pela** internet.

As tipologias são importantes modelos conceituais que possibilitam a compreensão de fenômenos sociais, como a ação política pelo uso de perfis em plataformas de redes sociais. A tipologia é composta por diferentes tipos ideais weberianos que permitem ao pesquisador tecer leituras (análise) sobre a realidade social. Como Weber argumenta, a realidade social é complexa e nenhum conceito teórico consegue dar conta de sua totalidade; nesse sentido, o tipo ideal possibilita criar categorias que identifiquem padrões concretos dos fenômenos observados (Weber, 2012). Esse recurso conceitual favorece a observação empírica, que no caso deste artigo é voltada para o uso das redes sociais nos processos políticos contemporâneos, e ajuda no mapeamento de uma agenda de pesquisa emergente.

Como apontam Gomes e Maia (2008), os estudos de Internet e Política se constituíram a partir de 3 grandes matrizes teóricas: a matriz liberal, a republicana e a deliberativa.

³ O acesso por aparelhos celular é a principal forma de conexão à internet no Brasil (98% da população acessa por esse dispositivo), segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (PNAD Contínua TIC) 2018 (Agência Brasil). Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/celular-e-o-principal-meio-de-acesso-internet-no-pais>. Consultado em 30/09/2020.

A abordagem liberal privilegia o uso das tecnologias da informação na defesa dos direitos e liberdades dos indivíduos. Na tradição republicana, os estudos são voltados para o emprego das TICs como forma de ampliar a participação cidadã no debate político. A linha deliberacionista, influenciada pela leitura habermasiana, argumenta que os canais da internet são pensados como espaços para a constituição de uma esfera pública, na qual os usuários podem usar as ferramentas de interação para promover a deliberação. Entendemos, todavia, que para a incorporação da análise das plataformas de redes sociais é necessário inserir uma quarta matriz teórica, a sociotécnica. A abordagem sociotécnica, com grande influência dentro do campo dos estudos sociais da ciência, está associada aos aspectos da influência dos algoritmos e das configurações técnicas das plataformas que podem levar à formação de filtros bolhas (Pariser, 2011) e processos de modulação algorítmica (Silveira, 2019). Também pode-se destacar na abordagem sociotécnica o uso de algoritmos e inteligência artificial em processos de vigilância por meio de técnicas de *Big Data* (O’Neil, 2016) e o desenvolvimento de uma governamentalidade algorítmica (Rouvroy, 2015).

Em outro estudo (Penteado et al., 2011), foi possível identificar uma tipologia com cinco tipos de ação política: a) informações políticas; b) governo eletrônico; c) esfera pública; d) (ciber)ativismo; e e) comunicação política.

Em todos esses cinco tipos de ação política é possível identificar a influência das redes sociais de internet. Contudo, é importante incorporar um sexto tipo, associado à abordagem sociotécnica (mas com interfaces com outras matrizes): a tecnopolítica. Esse tipo de ação política está associado às características tecnológicas do funcionamento das plataformas de redes sociais, onde há um ambiente de abundância de informações produzido por redes distribuídas (Benkler, 2006), assim como o processo de modulação e mediação dos algoritmos das plataformas, que podem restringir ou impulsionar o fluxo de informação, que influencia (direta ou indiretamente) processos políticos que vão desde o ativismo de multidões, às próprias campanhas eleitorais.

A participação em redes sociais (*online* e *offline*) potencializa a capacidade para mobilizar recursos e construir oportunidades e restrições para seus participantes. Contudo, a participação nessas redes também condiciona as práticas de seus membros. Ao participar de uma rede, o usuário tem acesso aos recursos disponíveis (visibilidade e capital social), ao mesmo tempo que tem seu comportamento regulado pelos mecanismos de interação existentes da rede (Portugal, 2007). Nesse sentido, podemos dizer que as redes sociais de internet operam dentro de uma lógica do poder de redes. A participação em uma rede social está associada aos benefícios que os seus membros esperam obter. Por exemplo, uma organização social pode criar perfis em redes sociais para interagir com uma grande parcela da população que acessa diariamente os conteúdos das redes sociais para se informar sobre diferentes assuntos. Contudo, apesar de ampliar a sua capacidade de relacionar com outros usuários da plataforma, a mediação é controlada por empresas privadas, que utilizam seus algoritmos de acordo com seu modelo de negócios, que além de controlarem o fluxo das informações, limitam a circulação das informações de uma instituição pública e se apropriam dos conteúdos produzidos para capitalizar dentro de seus produtos.

Estar presente nas redes sociais de internet representa uma forma dos usuários interagirem diretamente com seus interlocutores sem a necessidade de intermediários, como no sistema de *broadcasting* da mídia tradicional, e de criarem canais de comunicação personalizados de acordo com seu perfil e preferências. A emergência desse novo modelo de comunicação sinaliza a formação de processos comunicacionais mais fragmentados que afetam as práticas políticas tradicionais, como veremos na seção a seguir.

CARACTERIZANDO AS TIPOLOGIAS DE AÇÃO POLÍTICA NAS REDES

Com a popularização das redes sociais de internet, as empresas de mídia adaptaram seu conteúdo para serem divulgados nesses espaços de forma a poderem ampliar sua visibilidade, ao mesmo tempo que têm a possibilidade de interagir com os usuários, assim como de contar com a “ajuda” desses usuários para a difusão de suas publicações. Muitos deles escolhem seguir (*like* ou *follow*) algumas páginas ou perfis, de modo que os conteúdos publicados por esses perfis selecionados apareçam em suas *timelines*, permitindo que sejam customizadas as fontes de informação de acordo com seu posicionamento político. Abaixo, discutiremos as tipologias pensadas para a ação política nas redes sociais de internet a partir das matrizes teóricas que abordam cada um desses tipos, mostrando as transformações e disputas em suas análises e as estratégias de ação adotadas em cada um dos casos.

Informações políticas

A produção, circulação e transmissão de informação política por meio de redes sociais dialogam com as matrizes teóricas liberal, republicana, deliberativa e sociotécnica. Se inicialmente há um otimismo quanto à entrada de novos atores no fluxo da informação, ao criar um espaço com maior liberdade de informação e engajamento dos usuários, por outro lado as dinâmicas algorítmicas e as formas de apropriação das redes digitais (indeterminação da cultura digital) - que podem ser analisadas pelo viés da matriz sociotécnica - também possibilitaram o crescimento de processos de desinformação e *fake news*, que tensionam os paradigmas da democracia liberal, sustentados no pilar da racionalidade comunicativa (Chadwick, 2019).

Nesta tipologia estamos nos referindo à divulgação de informações sobre a política institucional e não-institucional, tratando, assim, da livre expressão de informações políticas por meio de perfis em plataformas de redes sociais, com maior aproximação da matriz liberal, associada ao ideal de uma “imprensa livre”. Assim, muitas empresas de jornalismo utilizam seus perfis nas plataformas para divulgarem suas reportagens, contudo algumas dessas plataformas criam limitações para a circulação das informações para todos seus seguidores, como por exemplo o Facebook. As empresas de mídia digital e alternativa também migram seus conteúdos para as redes sociais, assim como jornalistas e blogueiros. Mesmo com as restrições das plataformas, ainda assim participar da rede acaba sendo uma forma de alcançar maior visibilidade. Contudo, a produção, transmissão e compartilhamento de informações não ficam restritas ao jornalismo (em suas diferentes formas), há também a participação ativa dos usuários, que, por meio de suas redes de relações, expressam suas opiniões e posicionamento político.

Essa integração do jornalismo tradicional com novos atores informacionais gera um complexo ecossistema de informação política, no qual a velha lógica do jornalismo tradicional convive com a lógica da comunicação em redes distribuídas, revelando novas relações de poder (Chadwick, 2014).

A proliferação de polos emissores de informação política, ao mesmo tempo que amplia as informações, também criou espaço para a polarização e radicalização política (Santos Jr, 2014). Neste contexto, também surge a preocupação com o aumento da difusão de desinformação e *fake news*, abrindo espaço para a atuação de grupos de *fact checkers* (que podem atuar ou não em redes sociais), que buscam checar as informações divulgadas principalmente nas plataformas de redes sociais (Silva, 2017).

Governo Eletrônico

O uso de redes sociais por órgãos de governo desenvolve funções que atendem às matrizes teóricas liberal, republicana e deliberativa de interpretação. Apesar das ações do governo eletrônico serem influenciadas por aspectos sociotécnicos, é muito difícil encontrar estudos associados à matriz sociotécnica. O que se pode identificar é o debate em torno da regulação dos algoritmos e a criação de legislação de proteção dos dados pessoais (Lima & Valente, 2020).

Com o objetivo de ampliar a comunicação e o engajamento com os cidadãos, os governos e suas instituições estão criando perfis nas redes sociais. Do ponto de vista liberal, os perfis de órgãos públicos permitem a divulgação de informações, prestação de serviços online e transparência dos dados governamentais. Na abordagem republicana, as redes sociais permitem que os cidadãos possam participar por meio dos canais de interação, principalmente através de consultas online. Já na matriz deliberacionista, as plataformas de redes sociais, por sua própria dinâmica de interação, possibilitam a formação de espaços para debate público e deliberação. Os três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal) atuam dentro das redes sociais, bem como os diferentes poderes (executivo, legislativo e judiciário) e organizações relacionadas ao governo, como empresas públicas e agências reguladoras, compondo o que os pesquisadores do campo denominaram de Democracia Digital (Gomes, 2018).

Nesse aspecto, são relevantes os estudos do chamado meio e-legislativo⁴, que analisam as estratégias de parlamentos de se aproximarem de seus representados por meio da internet e das redes sociais, como mostra o estudo de Silva (2019a) sobre a página do Senado Federal no Facebook e a pesquisa de Martino e Aleixo (2017) sobre a comunicação inovadora da página da Prefeitura de Curitiba na mesma plataforma.

⁴ O periódico *E-Legis* Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados é um dos principais repositórios de estudos sobre o tema.

Esfera Pública

Esse tipo de ação política está diretamente relacionado à visão deliberacionista. Contudo, com o processo de desorganização da informação e a influência da propaganda computacional, impulsionada pelos modelos de negócios das plataformas de rede social (Benkler & Roberts, 2018), essa ação política tem incentivado trabalhos calcados também na linha sociotécnica. Como apontado anteriormente, as redes sociais são caracterizadas pela constante interação entre seus membros que conversam e discutem sobre os mais diferentes temas, inclusive sobre temas políticos, principalmente nas eleições (Penteado et al., 2016; Rossini et al. 2016). Com a recente polarização política, as redes sociais se transformaram em espaços de debate político entre diferentes grupos políticos, que utilizam os espaços de comunicação para defender suas ideias e posicionamentos (Ruediger et al. 2014; Santos Jr., 2016). Contudo, esses embates não seguem os princípios da esfera pública habermasiana e, muitas vezes, os debates são caracterizados por posicionamentos de ódio, no qual o debate político desloca-se para um enfrentamento e a atuação de “*haters*” políticos (Santos Jr., 2014).

Outro problema é a formação de *clusters* e a ação dos algoritmos de recomendação, que acabam por gerar o efeito de homofilia de interação entre perfis semelhantes que ajudam a reforçar posições já existentes (Carvalho et al. 2016). Isso impede a ocorrência de um amplo debate de posicionamentos políticos diferentes. O fechamento em comunidades (*clusters*) com pensamentos e visões de mundo semelhantes leva a um processo de polarização do mundo, no qual os usuários, apesar de terem uma ampla pluralidade de fontes de informações, ficam restritos a fontes e perfis alinhados com perspectivas e vieses específicos, que tensionam o funcionamento da democracia e promovem a fragmentação social (Sunstein, 2018), ao invés de construir uma esfera pública plural.

Ciberativismo

As ações de ciberativismo operam nas quatro matrizes apontadas neste artigo. Pela perspectiva liberal, as redes sociais permitem que os próprios grupos de ativistas produzam seus conteúdos e desenvolvam suas estratégias de comunicação, além de serem uma importante ferramenta de divulgação de informações sem filtros institucionais. As plataformas de redes sociais também operam, dentro de um viés republicano, como espaço para a mobilização e organização de atos de protestos (Castells, 2017) ou para divulgarem suas mensagens, interagirem e mobilizarem simpatizantes de suas causas (Lycarião & Sampaio, 2010).

O uso amigável e a popularidade dos canais de redes sociais fazem deles uma excelente plataforma para que os diferentes grupos e coletivos ativistas divulguem suas causas e realizem suas campanhas (Carreiro, 2014) e contraponham o discurso de marginalização dos movimentos pela mídia tradicional (Machado e Pérsigo, 2015). Há também ações combinadas entre perfis de associações cívicas, movimentos sociais e perfis ativistas, promovendo grandes mobilizações nas redes (Oliveira et al., 2020).

Atualmente, as redes sociais são os principais espaços nos quais os ativistas divulgam suas ideias e organizam suas ações, o que os permite participar do debate dentro de uma esfera pública interconectada (Benkler, 2006), dentro da visão tripartite (Estado, Mercado e Sociedade) de

Cohen & Arato (1994) de pressão sobre o sistema político, associada à matriz deliberacionista. Organizações e coletivos sociais também utilizam as redes sociais para influenciar o processo de políticas públicas, como mostram os estudos de Penteado et al. (2014).

As redes sociais de internet ainda possibilitam que cada usuário seja um potencial ativista (Ugarte, 2008), pois um usuário comum, com poucos seguidores, pode ter seu conteúdo compartilhado por milhares de outros usuários, alcançando alto grau de centralidade em determinados contextos políticos.

Por outro lado, estudos recentes localizados na matriz sociotécnica mostram que o ativismo em redes sociais de internet enfrenta problemas relacionados à existência de hierarquias dentro das redes que influenciam as práticas ativistas (Bülow & Dias, 2019), ou mesmo o viés racista dos algoritmos das plataformas (Silva, 2019b). Os aspectos sociotécnicos surgem, então, como um desafio para a atuação dos ativistas nas redes sociais de internet (D'Andrea, 2020).

Comunicação Política

A comunicação política pelas redes sociais oferece um importante meio de interação (sem a mediação dos partidos, instituições e mídia) entre os políticos, partidos e até entre os usuários, associada à matriz republicana. O grande número de usuários transforma as redes sociais de internet em um importante espaço para a comunicação política dos candidatos e dos partidos políticos durante campanhas eleitorais. A característica de interatividade dessas plataformas permite também que os políticos e os partidos mantenham uma interação mesmo fora de campanha para a divulgação de suas mensagens e posicionamentos políticos dentro do debate público. Esses novos canais também possibilitam o desenvolvimento de algumas inovações no campo das campanhas políticas (Penteado et al., 2016; Rossini et. al. 2016). As redes sociais ainda são importantes espaços para o desenvolvimento de campanhas personalizadas, nas quais algumas empresas já estão desenvolvendo conteúdos neste sentido seguindo técnicas de psicométrica (Lebre, 2018).

Dentro das diferentes formas de interação política nas redes sociais, temos os perfis de partidos políticos, que utilizam as redes como espaço de divulgação de suas campanhas, uma vez que as ferramentas de interatividade das plataformas permitem novas formas de se fazer campanha (Massuchin e Tavares, 2015; Da Silva, 2014; Penteado et al., 2014). Fora do período eleitoral, também são relevantes os perfis de políticos eleitos ou que ocuparam algum cargo de relevância.

As redes podem ser utilizadas para a mobilização política e arrecadação de recursos, como as vitoriosas campanhas de Obama nas eleições nos EUA 2008 (Gomes et al., 2009), e para a disseminação de fake news e sua utilização como estratégia de campanha nos EUA e Brasil (Allcott & Gentzkow, 2017; Viscardi, 2020).

Por fim, a abordagem sociotécnica nos permite compreender como certas formas de comunicação política podem estar mediadas pela configuração das redes, modificando a interação da classe política e a população.

Tecnopolítica

O tipo de ação tecnopolítica está vinculado à ideia de que os artefatos têm política (Winner, 1996) e da conexão entre atores humanos e não humanos na formação do social da teoria ator-rede de Latour (2012). Associada à matriz sociotécnica, a ação tecnopolítica perpassa também pelas outras matrizes.

Os estudos tecnopolíticos mostram que os aspectos sociotécnicos e os modelos de negócios das plataformas limitam o fluxo de informação, o que influencia na autorregulação da economia das redes (Benkler, 2006), impactando na livre circulação de informações (associada à matriz liberal) produzidas pelos usuários nessas plataformas (Alves et al., 2019).

Na matriz republicana, as pesquisas sobre a participação política em redes sociais de internet mostram que essa participação também é influenciada pelos algoritmos das plataformas. As dinâmicas de funcionamento das plataformas constituem um desafio para movimentos sociais e ativistas contra hegemônicos que precisam desenvolver um “ativismo codificado” (Figueiredo, 2019).

A formação de filtro bolhas é um efeito que limita o alcance de deliberação em redes sociais de internet, presente na matriz deliberativa, como mostram os dados empíricos de Recuero et al. (2017) sobre as conversações políticas no Twitter.

Contudo, como adiantado, é na matriz sociotécnica que se encontra a maioria dos estudos sobre a ação tecnopolítica em redes sociais de internet. Silveira (2019) aponta para os riscos à democracia do funcionamento dos dispositivos de modulação algorítmica das redes sociais. A invisibilidade e opacidade dos códigos de operação dos algoritmos por grandes empresas de tecnologia abrem espaço para a manipulação da opinião pública, assim como a difusão de desinformação, constituindo um importante e emergente campo de estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso massivo das redes sociais de internet na ação política criou uma nova dinâmica e incrementou uma série de alterações na prática política contemporânea no Brasil (e no mundo), como foi possível observar na onda de protestos de 2015 e 2016 que resultaram no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, na eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e em outras mobilizações online, que demarcam um processo de polarização política no país.

A atual polarização na política brasileira pode ser observada em dados (grafos) extraídos de perfis de redes sociais onde é possível identificar marcações ideológicas de direita e esquerda (Santos Jr., 2016), indicando a formação de grupos políticos que representam o pluralismo agonístico de Mouffe (2015) e que se expressam por redes de públicos afetivos (Papacharissi, 2016).

Como aponta Castells (2013), na sociedade em rede, o poder da comunicação é um elemento central na luta política contemporânea. O uso das redes sociais possibilita a participação mais ativa dos usuários da internet dentro do debate político e na própria luta de produção de narrativas entre os grupos políticos, tornando a disputa política mais complexa com a entrada de novos atores dentro dessa disputa.

Dentro dos diferentes tipos de ação política nas redes sociais apresentados ao longo do artigo, é possível dizer, respondendo às perguntas iniciais propostas sobre as alterações das redes sociais na ação política brasileira e os efeitos disso para a prática democrática, que o uso dessas redes nas práticas políticas produz importantes alterações no jogo político contemporâneo. Esse processo origina o que Rasmussen (2013) vai chamar de um “paradoxo democrático”, pois se de um lado torna a estrutura de comunicação mais aberta e democrática para a participação ativa de milhões de usuários conectados por seus aparelhos celulares, por outro lado, dificulta a formação de consensos necessários para o funcionamento da democracia liberal. Assim, ao mesmo tempo em que abre espaços para a participação ativa da sociedade civil nos processos políticos (Shirky, 2011), por outro lado contribui para a fragmentação social, formação de câmaras de eco, disseminação de *fake news* e desinformação, o que abre espaço para o crescimento de um populismo autoritário que se articula politicamente pelo uso eficiente das redes (Castells, 2018; Gerbaudo 2018).

As tipologias apresentadas neste artigo nos permitem verificar que a ação política pelo uso de redes sociais apresenta elementos da matriz republicana, liberal, deliberativa e sociotécnica. Essa característica da ação política na era das redes digitais ilustra que o campo de pesquisas dentro do tema de Internet e Política é interdisciplinar, influenciado por diferentes áreas do conhecimento (Ciência Política, Comunicação Social, Jornalismo, Administração Pública, Sociologia, Antropologia, Direito, Psicologia, Ciência da Computação, entre outras áreas). Mais recentemente, principalmente sobre influência da matriz sociotécnica, vai incorporar contribuições dos Estudos Sociais da Ciência e da área emergente das Humanidades Digitais. Nesse sentido, há a necessidade de maior diálogo entre os campos, principalmente na articulação entre referenciais teóricos e estratégias metodológicas para o estudo da ação política nas redes digitais.

Para concluir, esperamos que a apresentação dos diferentes tipos de ação política **nas e pelas** redes sociais possa ajudar no desenvolvimento de novas pesquisas sobre formas de ações políticas na internet. Este é um campo no qual as inovações tecnológicas, suas configurações técnicas e as formas de apropriação política possibilitam reconfigurações das práticas políticas, elevando o elemento tecnológico a um papel central na disputa política e na compreensão dos desafios das formas democráticas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ALLCOTT, Hunt & GENTZKOW, Matthew. (2017). Social media and fake news in the 2016 election. In: *Journal of Economic Perspectives*. V. 31, n.2.

ALVES, Marcello; TAVARES, Camilla & ALBUQUERQUE, Afonso de. (2019). Datificação e redes na comunicação política: mapeamento de redes e fluxos no Facebook. In: *Esferas*, (14), 37-53.

ANDUIZA, Eva; CRISTANCHO, Camilo & SABUCEDO, José. (2014). Mobilization through online social networks: the political protest of the indignados in Spain. In: *Information, Communication & Society*. 17.6: 750-764.

BENKLER, Yochai. (2006). *The wealth of networks: How social production transforms*

markets and freedom. Yale University Press.

_____.; FARIS, Robert, & ROBERTS, Hal. (2018). *Network propaganda: Manipulation, disinformation, and radicalization in American politics*. Oxford University Press.

BIMBER, Bruce. (2014). Digital media in the Obama campaigns of 2008 and 2012: adaptation to the personalized political communication environment. In: *Journal of information technology & politics*. 11.2: 130-150.

BÜLOW, Marisa Von & Dias, Tayrine. (2019). O ativismo de hashtags contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (120), 5-32.

CARREIRO, Rodrigo. (2014). Black bloc em ação: reforço de identidade e outras dinâmicas de ativismo no Facebook. In: *Liinc em revista*, 10.1.

CARVALHO, Cássia de Souza; FRANÇA, Fabrício Olivetti de; GOYA, Denise Hideko & PENTEADO, Cláudio Luís de Camargo. (2016). *Brazilians divided: political protests as told by twitter*. In: *Transactions on large-scale data-and knowledge-centered systems xxvii* (pp. 1-18). Springer Berlin Heidelberg.

CASTELLS, Manuel. (2013). *Communication power*. OUP Oxford.

_____. (2017). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (2018). *Ruptura: a crise da democracia liberal*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

CHADWICK, Andrew. (2014). The hybrid media system: Politics and power. In: *Public Administration*, 92(4), p. 1106-1114.

_____. (2019). The new crisis of public communication: Challenges and opportunities for future research on digital media and politics. In: *Online Civic Culture Center*. Disponível em: <https://www.lboro.ac.uk/research/online-civic-culture-centre/news-events/articles/o3c-2-crisis/> Consultado em 02/10/2020.

COHEN, Jean & ARATO, Andrew. (1994). *Civil society and political theory*. MIT press.

D'ANDREA, Carlos Frederico. (2020) *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. Salvador: EDUFBA.

DA SILVA, Roberto Bitencourt. (2014). Mídias sociais e política: os partidos no Facebook. In: *ALCEU*, v. 14, n.28: 202-223.

DOS SANTOS, João Guilherme; FREITAS, Miguel; ALDÉ, Alessandra; SANTOS, Karina & CUNHA, Vanessa. (2019). WhatsApp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018. In: *Comunicação & Sociedade*, 41.2: 307-334.

FIGUEIREDO, Carlos. (2019). Ativismo codificado: protestos em rede e movimentos sociais na era das plataformas digitais. In: *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, 1(142), 17-142.

GERBAUDO, Paolo. (2018). Social media and populism: an elective affinity In: *Media, Culture & Society*, 40(5), 745-753.

GOMES, Wilson. (2018). *A democracia no mundo digital: História, problemas e temas*. São Paulo: Edições Sesc.

_____; FERNANDES, Breno; REIS, Lucas & SILVA, Tarcizio. (2009). Politics 2.0: a campanha online de Barack Obama em 2008. In: *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 34.

_____ & MAIA, Rousiley. (2008). *Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus.

IASULAITIS, Sylvia & VIEIRA, Aiane. (2019) Quando o ataque é o programa: as estratégias de campanha de Donald Trump e de Jair Bolsonaro no Twitter. In: *VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPO-LÍTICA)*. Brasília, Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT4/gt4_Iasulaytis_Vieira.pdf. Consultado em 11/09/2020.

LATOURE, Bruno. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA.

LEBRE, Lúcia Branco. (2018). Big Data no Marketing Político de Eleições. Internet como canal de comunicação política efectiva. In: *Psicologia.pt*.

LIMA, Marcos Francisco & VALENTE, Jonas Chaves. (2020). Regulação de plataformas digitais: mapeando o debate internacional. In: *Liinc em Revista*, 16(1), 5100.

LYCARIÃO, Diógenes & SAMPAIO, Rafael Cardoso. (2010). Sociedade civil online: diferentes usos da internet para fomentar a participação política. In: *Rev. Estud. Comum.*, 11.25: 97-106.

MACHADO, Anelise Lorenzon & PÉRSIGO, Patricia Milano. (2015). As novas mídias: a internet e o Facebook como plataforma de divulgação de mobilizações sociais. In: *Temática*, 11.8.

MARTINO, Luís Mauro & ALEIXO, Tayra Carolina. (2017). Usos do entretenimento como estratégia de visibilidade política na página da prefeitura de Curitiba no Facebook. In: *Rumores*, 10.20: 68-89.

MASSUCHIN, Michele & TAVARES, Camila. (2015). Campanha eleitoral nas redes sociais: estratégias empregadas pelos candidatos à presidência em 2014 no Facebook. In: *Revista Compolítica*, 5.2: 75.

MOUFFE, Chantal. (2015). *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes.

OLIVEIRA, Taís; LIMA, Dulcilei & PENTEADO, Claudio Luis de Camargo. (2020) #QuemMandouMatarMarielle: a mobilização online um ano após o assassinato de Marielle Franco. In: *LÍBERO*. 23.45: 138-157.

O'NEIL, Cathy. (2016). *Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy*. New York: Crown Publishers.

PAPACHARISSI, Zizi. (2016). Affective publics and structures of storytelling: Sentiment, events and mediality. In: *Information, Communication & Society*, 19(3), 307-324.

PARISER, Eli. (2011). *The filter bubble: How the new personalized web is changing what we read and how we think*. Ed. Penguin.

PENTEADO, Cláudio Luis de Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos; ARAÚJO, Rafael Aguiar de Paula & SILVA, Sidney Jard da. (2011). Ação política na internet brasileira. In: *Perspectivas em Ciência da Informação*, 16(1), 111-132.

_____; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos & ARAÚJO, Rafael Aguiar de Paula. (2014). Democracia, sociedade civil organizada e internet: estratégias de articulação online da rede nossa São Paulo. In: *Sociologias*, 16.36.

_____; BACHINI, Natasha & FIACADORI, Giuliana. (2016). O planalto em disputa no Facebook: um estudo dos perfis de Dilma Rousseff e Aécio Neves nas eleições de 2014. In: Cervi, Massuchin & Carvalho (orgs). *Internet e eleições no Brasil*. Curitiba: CPOP (grupo de pesquisa em comunicação política e opinião pública), 430 p.

_____. & GUERBALI, João Guilherme. (2016). As manifestações do impeachment no Twitter: uma análise sobre as manifestações de 2015. In: *Ponto-e-vírgula*. Revista de Ciências Sociais. v.19.

PORTUGAL, Sílvia. (2007). Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. In: *Oficina do Centro de Estudos Sociais* (CES), n. 271.

RASMUSSEN, Terje. (2013) Internet-based media, Europe and the political public sphere. In: *Media, Culture & Society*, 35.1: 97-104.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela & SOARES, Felipe. (2017). Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no Twitter. In: *Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Encontro Anual* (COMPÓS) [Anais].

ROSSINI, Patrícia; BAPTISTA, Érica; OLIVEIRA, Vanessa & SAMPAIO, Rafael. (2016). O uso do Facebook nas eleições presidenciais brasileiras. In: Cervi, Massuchin & Carvalho (orgs). *Internet e eleições no Brasil*. Curitiba: CPOP (grupo de pesquisa em comunicação política e opinião pública), 430 p.

ROUVROY, Antoinette. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? In: *Revista Eco Pós*. Vol. 18, nº 02, p. 36-56.

RUEDIGER, Marco Aurélio; MARTINS, Rafael; DA LUZ, Margareth & GRASSI, Amaro. (2014). Ação coletiva e polarização na sociedade em rede para uma teoria do conflito no Brasil contemporâneo. In: *Revista brasileira de sociologia-RBS*, 2.4: 205-234.

SANTOS JR., Marcelo Alves. (2014). A Rede de Oposição Radical no Facebook: cartografia e apontamentos sobre os haters políticos. In: *Revista de Estudos da Comunicação*, 15(38).

_____. (2016). Coxinhas e Petralhas: o fandom político como chave de análise da audiência criativa nas mídias sociais. In: *Revista Geminis*, 1 ano 7: 117-146.

SHIRKY, Clay. (2011). The political power of social media: Technology, the public sphere, and political change. In: *Foreign affairs*, 28-41.

SILVA, Michel Carvalho da. (2019a). A página do Senado Federal no Facebook: a relação entre comunicação institucional e promoção da cidadania. In: *XIII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas*. Disponível em: [http://abrapcorp.org.br/site/manager/arq/\(cod2_22686\)pagina_do_senado_federal.pdf](http://abrapcorp.org.br/site/manager/arq/(cod2_22686)pagina_do_senado_federal.pdf) Consultado em 01/10/2020.

SILVA, Nayane Maria Rodrigues. (2017). Fake news: a revitalização do jornal e os efeitos fact-checking e crosscheck no noticiário digital. *Temática*, 13.8.

SILVA, Tarcizio. (2019b). Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. In: *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais*, p.121.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (2019). *Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo.

SUNSTEIN, Cass. *#Republic: Divided democracy in the age of social media*. Princeton University Press, 2018.

UGARTE, David de. (2008). *O poder das redes: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo*. Porto alegre: EDIPUCRS.

VISCARDI, Janaisa. (2020). Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, n. 2, p. 1134-1157.

WEBER, Max. (2012). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

WINNER, Langdon. (1986). Artefatos têm política? In: *Analytica. Revista de Filosofia*, 21(2), p. 195-218.

Recebido em 20/11/2020 – Aprovado em 21/11/2020